

ISSN 3085-5624

Eixo Temático 4 – Fontes, Recursos e Serviços de Informação

**ESTUDO DO USO DO LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

**STUDY OF THE USE OF THE ACCESSIBILITY LABORATORY
FEDERAL UNIVERSITY OF ALAGOAS**

Italo Rodrigo Soares dos Santos – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) –
italo.santos@icat.ufal.br – Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-6286-1934>

Robéria de Lourdes de Vasconcelos Andrade – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) –
roberia.andrade@ichca.ufal.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2770-5321>

Marcos Aurélio Gomes – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) –
gomesbib@cci.ufal.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7803-5145>

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Acessibilidade e inclusão reflete compromisso com a igualdade de oportunidades para todos aqueles inseridos na Universidade. Assim, o objetivo deste trabalho foi realizar um estudo sobre o uso do Laboratório de Acessibilidade da Universidade Federal de Alagoas entre os anos de 2022 e 2023. Pesquisa classificada como exploratória, estabeleceu-se como procedimento a pesquisa bibliográfica e documental e abordagem quantitativa. Os resultados obtidos indicaram maior solicitação dos serviços no ano de 2022, os usuários que mais utilizaram os serviços foram os servidores e o serviço mais utilizado foi o de adaptação de material pedagógico.

Palavras-chave: laboratório de acessibilidade; estudo de uso; bibliotecas inclusivas.

Abstract: *Accessibility and inclusion reflects a commitment to equal opportunities for all those at the University. Thus, the objective of this work was to carry out a study on the use of the Accessibility Laboratory at the Federal University of Alagoas between the years 2022 and 2023. Research classified as exploratory, bibliographical and documentary research and a quantitative approach were established as procedures. The results obtained indicated a greater request for services in the year 2022, the users who used the services most were servers and the most used service was the adaptation of teaching material.*

Keywords: *accessibility laboratory; usage study; inclusive libraries.*

1 INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) tem-se destacado na promoção da acessibilidade e inclusão em seu ambiente acadêmico, refletindo um compromisso com a igualdade de oportunidades para todos os seus estudantes, incluindo aqueles com deficiência.

Nesse contexto, o Laboratório de Acessibilidade da UFAL desempenha um papel fundamental como espaço de suporte técnico e recursos para garantir a participação plena de todos os alunos. De acordo com a pesquisa “O perfil socioeconômico dos(as) estudantes da UFAL”, foi possível constatar que, em 2018, 5% dos estudantes de graduação matriculados afirmaram possuir algum tipo de deficiência (UFAL, 2020).

Com base no Relatório de Gestão 2022, o Núcleo de Acessibilidade (NAC) da UFAL expôs que, em 2020, havia 415 alunos com algum tipo de deficiência. Em 2021, houve uma queda de 31,08%, reduzindo o número de alunos para 286. No entanto, em 2022, esse número aumentou em 39,51%, elevando o total de alunos para 399 (UFAL, 2022).

Ao conhecer o público que está inserido no âmbito da UFAL, é possível compreender a diversidade de perfis e necessidades dos estudantes. A UFAL, como uma instituição de ensino superior pública e inclusiva, acolhe uma ampla gama de alunos, que podem apresentar diferentes tipos de deficiências, como física, visual, auditiva, intelectual, entre outras. Esses estudantes enfrentam desafios únicos para acessarem e participarem plenamente das atividades acadêmicas, desde o acesso às salas de aula, utilização de materiais didáticos e a participação em atividades práticas. Para muitos deles, o Laboratório de Acessibilidade da UFAL pode representar um recurso vital para superar esses obstáculos e garantir uma experiência de aprendizado inclusiva e eficaz.

Além disso, é importante destacar que a UFAL também conta com uma equipe multidisciplinar de profissionais especializados em acessibilidade, que trabalham em conjunto com os estudantes para identificar suas necessidades individuais e oferecer soluções personalizadas. Essa abordagem centrada no aluno reflete o compromisso da instituição em promover uma cultura de inclusão e garantir que todos os seus membros tenham igualdade de oportunidades no ambiente acadêmico.

Atendendo às exigências legais estabelecidas pelo Ministério da Educação e em consonância com o Programa Incluir, a UFAL estabeleceu o NAC em 2013. O principal propósito desse núcleo é a eliminação de barreiras pedagógicas, arquitetônicas, e de comunicação e informação, visando ao cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade. Com o intuito de expandir e fortalecer a inclusão em seus espaços, a UFAL inaugurou em 2022 o Laboratório de Acessibilidade (LAC). Este laboratório foi concebido com o objetivo de

“atender pessoas com deficiência, na perspectiva de ampliar e qualificar o acesso à informação aos/às pessoas com deficiência usuários/as do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alagoas (Sibi/UFAL)” (UFAL, 2022, p. 2).

Ao se considerar essa perspectiva, questiona-se: Como a comunidade acadêmica com deficiência se apropria do LAC/UFAL?

Assim, o artigo tem como objetivo geral realizar um estudo sobre o uso do LAC/UFAL no período de 2022 a 2023. Os objetivos específicos são: identificar o perfil dos usuários que utilizam os serviços do LAC; verificar quais as disciplinas que mais solicitam os serviços; mapear quais os serviços mais utilizados; e quantificar a frequência de solicitações de serviços. Com isso, busca-se compreender de forma abrangente como o LAC está sendo utilizado, identificando padrões de demanda, áreas prioritárias e oportunidades de melhoria, para promover ainda mais a acessibilidade e inclusão na UFAL.

O artigo está estruturado em cinco seções. A primeira é a introdução, que apresenta o contexto da pesquisa, a questão problema e os objetivos. A segunda e terceira são compostas pelo referencial teórico, com discussões teórico-conceituais sobre a legislação e a inclusão de pessoas com deficiência nas universidades. A quarta seção é dedicada à metodologia da pesquisa. Na quinta a análise, apresentação e discussão dos dados; seguidas das considerações finais e referências.

2 LEGISLAÇÃO NACIONAL DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

No Brasil, a legislação referente à inclusão de pessoas com deficiência desempenha um papel crucial na promoção da igualdade e na garantia de direitos fundamentais. A seguir, serão expostas algumas das principais leis e normativas nacionais relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência (Quadro 1), com foco especial nas suas implicações para as instituições federais de ensino superior (IFES).

O acesso pleno à educação é um direito de todos garantido pela Constituição Federal em seu artigo 205 (Brasil, 1988). Contudo, no processo de promoção e inclusão, foi necessária a promulgação de outras leis e decretos para que esse direito seja assegurado. Nessa perspectiva, a Lei nº 10.436 de 2002 dispõe sobre o uso e difusão da LIBRAS em todos os cursos de formação, sendo regulamentada pelo Decreto 5.626/2005 (Brasil, 2005).

Quadro 1 – Legislação nacional de inclusão de pessoas com deficiência

ANO	MARCO LEGAL	SÍNTESE
2002	Língua Brasileira de Sinais (Lei nº 10.436)	Dispor sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); e estabeleceu que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação.
2011	Lei de acesso à informação (Lei nº 12.527)	Assegurar o direito fundamental de acesso às informações produzidas ou armazenadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
2015	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146)	Assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.
2018	Tratado de Marraqueche (Decreto nº 9.522)	Facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para terem acesso ao texto impresso; firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O Programa Incluir, criado em 2005 por iniciativa governamental e tendo supervisão do Ministério da Educação do Brasil, buscou promover a criação e fortalecimento de núcleos de acessibilidade nas IFES. Esses núcleos são responsáveis por coordenar ações institucionais que visam garantir e promover a inclusão e acessibilidade nas IFES, adaptando a infraestrutura, fornecendo tecnologias assistivas e capacitando profissionais para apoiar estudantes com deficiência, garantindo-lhes igualdade de oportunidades e um desempenho acadêmico equivalente aos demais, com ações como a adaptação de espaços físicos, implementação de recursos tecnológicos e desenvolvimento de políticas inclusivas (Ministério da Educação, 2018).

Destaca-se a importância do Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e o Decreto nº 7.611/2011, que aborda sobre o atendimento educacional especializado, onde trata da estruturação dos núcleos de acessibilidades nas IFES (Brasil, 2010, 2011a).

A promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527, no Brasil, em 2011, assinalou um avanço significativo no que se refere à transparência institucional e ao fomento da participação cívica. Ao estabelecer o acesso irrestrito às informações de domínio público, a LAI assegura o direito fundamental de qualquer indivíduo, seja pessoa física ou jurídica, de

requerer e obter dados dos órgãos e entidades governamentais de maneira clara e transparente (Brasil, 2011b). Na sua função primordial de promover a transparência e o compromisso social, a LAI desempenha um papel significativo, ao promover a inclusão e na salvaguarda dos direitos das pessoas com deficiência. Ao garantir que a informação seja acessível de forma ampla e equitativa, a legislação contribui para mitigar as barreiras enfrentadas por esse segmento da população, permitindo sua plena integração nos âmbitos social, político e econômico do país.

Entretanto, é imprescindível reconhecer que o acesso à informação não se limita à mera disponibilização de dados, mas também abarca sua compreensão e utilização eficaz por todos os cidadãos, incluindo aqueles com deficiência. A LAI e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) constituem um tema de grande relevância no contexto da governança democrática e dos direitos humanos. Ambas as legislações, embora abordem aspectos distintos, convergem em seus propósitos de fortalecer a cidadania e promover a igualdade de oportunidades na sociedade brasileira. Enquanto a LAI estabelece mecanismos para garantir o acesso amplo e transparente às informações públicas, a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência visa assegurar a plena participação e integração das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida em sociedade (Brasil, 2011b, 2015).

Sendo assim, a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência avança na proteção dos direitos essenciais dessa parcela da sociedade, promovendo a remoção de barreiras e a criação de condições igualitárias para a participação plena e efetiva na vida em sociedade. Ao reconhecer e garantir os direitos das pessoas com deficiência, essa legislação contribui para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Nessa perspectiva, podemos compreender a importância do cumprimento legal das leis citadas. Quando relacionado às Pessoas com Deficiência (PCDs), é dever legal isentá-las de qualquer barreira que venha interferir na sua plena participação na sociedade. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, juntamente com a LAI, estabelece os fundamentos para garantir a igualdade de oportunidades e o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência. Ao entendermos a importância do cumprimento legal dessas leis, reconhecemos que estamos promovendo não apenas a inclusão, mas também a justiça social. A isenção de barreiras para as pessoas com deficiência não é apenas uma questão de acessibilidade física, mas também abrange aspectos

como acesso à informação, comunicação, transporte, educação e trabalho. Portanto, é crucial que as políticas públicas e as práticas institucionais estejam alinhadas com essas legislações, garantindo que as PCDs tenham as mesmas oportunidades de participação e desenvolvimento que qualquer outra pessoa na sociedade.

Além disso, o acesso ao ensino superior é um direito fundamental que deve ser garantido a todos os cidadãos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais. No Brasil, as políticas públicas desempenham um papel crucial na promoção da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no ambiente universitário. Sabe-se que elas reforçam a necessidade de espaços acessíveis para a plena participação de pessoas com deficiência. E também é necessário que as IFES garantam que, em seus ambientes, as pessoas com deficiência percebam que não existem limitações para suas contribuições acadêmicas, fazendo, assim, com que haja mais educação equitativa e adaptações necessárias para que esses indivíduos sintam a vontade de permanecer nas universidades.

Ainda no que refere à inclusão em ambientes universitários, não podemos deixar de mencionar o Tratado de Marraqueche. O Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018, estabelece a facilitação de obras publicadas para pessoas cegas, com deficiência visual ou outras dificuldades para terem acesso a texto impresso, reforçando, assim, que o Brasil está avançando na garantia do acesso à educação para todos, independentemente de suas capacidades físicas ou limitações (Brasil, 2018). O Tratado de Marraqueche é um marco importante nesse processo, pois reconhece a necessidade de adaptações de textos impressos. Essa medida reforça o compromisso do país com a inclusão e a igualdade de oportunidades no ambiente universitário e em toda a sociedade.

Ao garantir a remoção de barreiras e a criação de condições igualitárias, essas legislações não apenas facilitam a acessibilidade física, mas também asseguram às pessoas com deficiência a participação em qualquer ambiente social. O cumprimento rigoroso dessas leis é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos, independentemente de suas condições físicas, tenham as mesmas oportunidades de participação e desenvolvimento. Portanto, é imperativo que políticas públicas e práticas institucionais sejam constantemente ajustadas para se alinharem a esses princípios, promovendo, assim, uma verdadeira justiça social.

3 BIBLIOTECAS PARA TODOS

As bibliotecas, além de serem fontes de informação e cultura, são espaços de conexão social. Nelas, as pessoas se reúnem para participar de clubes do livro, eventos culturais, palestras e oficinas, promovendo um ambiente de aprendizado e troca de ideias. Esses espaços são dedicados a promover a inclusão e diversidade, oferecendo programas para imigrantes, pessoas com deficiência, crianças, jovens e idosos. Dessa forma, garantem que todos possam ter a oportunidade de se envolver na vida cultural e intelectual da comunidade, reforçando os laços que nos unem e celebrando as diferenças que nos tornam únicos.

3.1 Bibliotecas Inclusivas

As bibliotecas são verdadeiros tesouros culturais e devem ser acessíveis a todos que buscam conhecimento, entretenimento ou apenas um refúgio tranquilo para explorar suas habilidades. Mais do que meros depósitos de livros, elas são espaços dinâmicos que acolhem comunidades diversas, oferecendo uma variedade de recursos e atividades para todas as idades e interesses.

A literatura das áreas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, ao longo de décadas, caracterizou as bibliotecas – públicas, escolares, multiníveis, especializadas, universitárias, prisionais, comunitárias, todavia, em anos recentes ampliou-se a perspectiva para a noção de biblioteca acessível. Assim, Ferrés (2006, p. 21) considera biblioteca acessível como:

Um espaço que permite a presença e proveito de todos, e está preparada para acolher a maior variedade de público possível para as suas atividades, com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população. Assim, junto com a acessibilidade digital, tecnologias assistivas e uma correta organização e sensibilização dos funcionários, a acessibilidade física – urbana arquitetônica e de produtos – representa um dos pilares centrais no planejamento de uma biblioteca acessível [...].

De acordo com Ferrés (2006) e Faria, Gomes e Santos (2023), uma biblioteca acessível e inclusiva vai além da conformidade com normas de acessibilidade física, ela amplia a ideia de inclusão, que implica não apenas permitir a presença de todos, mas também assegurar que

todos tenham a oportunidade de participar ativamente das atividades da biblioteca e de se beneficiar dos seus recursos.

Nesse contexto, a acessibilidade digital desempenha um papel fundamental. Ela envolve a disponibilização de recursos digitais acessíveis, como livros eletrônicos compatíveis com leitores de tela, sistemas de busca acessíveis e *websites* adaptados para pessoas com deficiência. Além disso, as tecnologias assistivas, como leitores de tela, ampliadores de tela e dispositivos de entrada alternativos, desempenham um papel crucial em garantir que os recursos digitais sejam acessíveis a todos. De acordo com Silva e Spudeit (2020, p. 23), tais tecnologias se diferenciam “por promover funcionalidade, autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social das pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida nos diferentes ambientes da sociedade, inclusive das instituições de ensino em especial nas bibliotecas”.

Todavia, a acessibilidade física também é essencial. Isso inclui não apenas a acessibilidade arquitetônica do prédio da biblioteca, como rampas de acesso, corredores amplos e banheiros acessíveis, mas também a acessibilidade de produtos, como mobiliário ajustável e equipamentos ergonômicos. A consideração das diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população é fundamental para garantir que o ambiente da biblioteca seja verdadeiramente inclusivo.

Portanto, a biblioteca inclusiva é aquela que se propõe diariamente a minimizar e/ou romper as barreiras, visando promover a inclusão. Isto significa criar espaços onde todas as pessoas, independentemente de suas limitações e necessidades, possam acessar e utilizar os produtos e serviços de maneira eficiente e confortável, garantindo, assim, uma experiência equitativa e digna para todos.

3.2 O estudo do uso

No âmbito das pesquisas sobre usuários da informação, constata-se que os estudos de uso surgiram por volta dos anos 1930 e encontram-se consolidados na contemporaneidade (Araújo, 2016). De acordo com Araújo (2009, p. 199),

os estudos de uso são voltados para a medição de indicadores e efetiva utilização e grau de satisfação do uso de fontes, serviços ou sistemas de informação, acabaram

por consistir em estudos para a avaliação dos sistemas de informação e, nesse sentido, tinham mais o caráter de oferecimento de feedback para os sistemas.

Conforme Araújo (2009) destaca, os estudos de uso direcionados à medição de indicadores, efetiva utilização e grau de satisfação do uso de fontes, serviços ou sistemas de informação evoluíram para se tornarem ferramentas essenciais na avaliação dos sistemas de informação. Anteriormente, esses estudos tinham predominantemente o caráter de oferecer *feedback* para os sistemas, fornecendo dados sobre a frequência de uso e o nível de satisfação dos usuários (Figueiredo, 1994). No entanto, à medida que as tecnologias de informação e comunicação avançaram, eles passaram a desempenhar um papel mais amplo.

Essa evolução resultou em uma abordagem mais abrangente, na qual não apenas se busca quantificar a utilização, mas também entender os padrões de comportamento e as necessidades dos usuários. Assim, os estudos de uso agora fornecem *insights* valiosos para a avaliação dos sistemas de informação, identificando pontos de melhoria, lacunas na oferta de serviços e oportunidades de inovação.

Ao analisar não apenas os números, mas também os padrões de comportamento e as percepções dos usuários, os estudos de uso se tornaram instrumentos poderosos para orientar decisões estratégicas. Permitem às organizações de informação ajustar suas ofertas de acordo com as necessidades reais dos usuários, tornando os serviços mais eficientes, relevantes e centrados no usuário.

4 METODOLOGIA

Em quaisquer pesquisas científicas se faz necessário estabelecer um caminho para que se possa responder ao problema proposto e, conseqüentemente, verificar se os objetivos foram alcançados, além da possibilidade de descobrir novos aspectos e dimensões fidedignas em relação ao objeto investigado.

Destarte, tornou-se necessário considerar que, quanto ao seu objetivo, esta pesquisa foi classificada como exploratória. A pesquisa exploratória permite maior familiaridade com o problema a ser investigado (Gil, 2002). Neste sentido, na UFAL há um contingente de 5% de estudantes que apresentam algum tipo de deficiência (UFAL, 2020) e que necessitam ter acesso de forma adequada aos recursos informacionais (espaços, fontes, serviços e

profissionais) para que possam construir conhecimento e terem oportunidades junto à sociedade.

Com relação aos procedimentos, estabeleceu-se como pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica tem relevância, pois

[...] é por meio da pesquisa bibliográfica que o pesquisador toma conhecimento da dimensão teórica acerca de seu tema de pesquisa; constrói a fundamentação teórica de forma segura e confiável; e elenca as conceituações necessárias que darão sustentação teórica à pesquisa que se pretende desenvolver (Silva; Oliveira; Silva, 2021, p. 96).

Logo, foram realizados o levantamento, recuperação e análise de artigos para a construção textual do tema que foi investigado. Para tanto, utilizaram-se a base de dados Scielo e Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), entre os meses de abril e maio 2024, e recuperaram-se fontes de informação com conteúdo relacionado à inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, estudos de uso, biblioteca inclusiva, além da legislação pertinente, conforme apresentado nas seções 1, 2 e 3, respectivamente.

Já a pesquisa documental foi fundamental para esta investigação, uma vez que, conforme Gil (2002, p. 45), possibilita que os “[...] materiais que não recebem [ou receberam] ainda um tratamento analítico, [...] possam ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. No caso deste trabalho, foram analisados relatórios emitidos pelo LAC/UFAL para o período 2022-2023. Esse período em questão é recente, fornecendo dados relevantes por sua temporalidade, e podemos constatar as práticas atuais que o laboratório desenvolveu desde sua implantação. Ressaltamos que as solicitações ao LAC, podem ser realizadas via *Google Forms*, presencialmente e por *e-mail*. Entretanto, nosso estudo se concentra na análise das solicitações realizadas por meio do *Google Forms*.

A abordagem quantitativa será crucial nesta pesquisa, de acordo com Laville e Dionne (1999, p. 224), “[...] após ter reunido os elementos tirados dos conteúdos em categorias, o pesquisador constrói distribuições de frequência e outros índices numéricos. Em seguida, põe em movimento o aparelho estatístico habitual, com seus cálculos de coeficientes, análises de variância [...]”. Sendo assim, a abordagem quantitativa desempenha um papel fundamental devido à sua capacidade de gerar resultados mensuráveis e passíveis de replicação, o que contribuirá para uma análise rigorosa e embasada nos dados obtidos ao longo da pesquisa.

O LAC fica localizado dentro da Biblioteca Central da UFAL (BC/UFAL), em um espaço reservado para atendimento de seu público. Seu atendimento fica disponível de segunda a sexta-feira de (Nota 4) 7h às 19h, tendo como responsáveis duas bibliotecárias documentalistas e 15 bolsistas ligados a diversos cursos da instituição. Vale ressaltar que as Bibliotecas, em seu amplo espaço de desenvolvimento pessoal e social, contribuem para que todos os estudantes, sem nenhuma restrição, tenham vínculos e possam interagir livremente. Com isso, podemos definir a BC/ UFAL como uma biblioteca inclusiva, sabendo que seus serviços podem ser adaptados para maior aproveitamento de seus usuários.

5 ANÁLISES E DISCUSSÕES DE RESULTADOS

A análise incluiu a identificação do perfil dos usuários, a verificação das disciplinas que mais solicitaram os serviços, o mapeamento dos serviços mais utilizados e a quantificação da frequência de solicitações. Nesta seção, discutiremos os principais resultados obtidos e interpretaremos seus significados no contexto acadêmico e social.

Na Tabela 1 foi possível categorizar e quantificar os usuários que buscaram o LAC para utilização dos serviços.

Tabela 1 – Usuários do Laboratório de Acessibilidade (Notas 1 e 2)

Categoria de usuários - LAC	2022	2023
Estudantes	10	2
Monitores de disciplina ¹	6	10
Servidores(as) ²	41	41
Total	57	53

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Na Tabela acima constatou-se que os usuários que solicitaram os serviços eram: estudantes, monitores de disciplina e servidores(as). Ainda de acordo com os dados, o ano de

¹ Monitores de disciplinas são alunos pertencentes ao programa de monitoria, que tem como objetivo despertar no segmento discente o interesse pela docência e auxiliar o docente em suas atividades acadêmicas de ensino, associadas com a pesquisa e a extensão.

² Os Servidores são docentes, técnicos e/ou outro responsável que esteja auxiliando o aluno.

2022 teve 57 solicitações de serviços via formulário e em 2023 um decréscimo, por volta de 7%, do total de usuários. O LAC tem como prerrogativa “atender pessoas com deficiência, na perspectiva de ampliar e qualificar o acesso à informação [...]” (UFAL, 2022, p. 2). Neste sentido, o que chama a atenção é o declínio principalmente de 80% de estudantes entre o período analisado. Infere-se que maior divulgação desse espaço por meio das redes sociais e a realização de estudos de usuários para identificar suas necessidades possam maximizar o uso dos serviços oferecidos pelo LAC. Como resultado, espera-se maior desenvolvimento acadêmico e participação social.

Na Tabela 2 é possível verificar para quais disciplinas o LAC foi mais acionado. Ressalta-se que, em 2022, foi realizada a solicitação de serviços para 28 disciplinas e no ano de 2023 foram 32. Na Tabela 2 estão indicadas as disciplinas que tiveram mais de três solicitações, as demais disciplinas que apresentaram duas solicitações ou menos não foram inseridas.

Tabela 2 – Disciplinas com maior frequência de solicitações ao Laboratório de Acessibilidade

Disciplinas	2022	2023
Teorias e Sistemas Psicológicos I	10	-
Fundamentos da LIBRAS	4	1
Pesquisa em Psicologia I	3	-
Psicologia do Desenvolvimento I	3	-
Sociologia	3	-
Psicologia do Desenvolvimento II	-	4
Pesquisas Teóricas e Aplicadas em Letras Linguísticas	-	3
Psicologia da Aprendizagem	-	3
Teorias e Sistemas Psicológicos II	-	3

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A partir dos relatórios analisados foi possível constatar variação constante em disciplinas, entre os anos de 2022 e 2023, em que houve demanda de serviços adaptados e/ou acessíveis ao LAC. Tal variação pode ser considerada normal, pois, uma vez solicitado o serviço em um determinado ano/semestre, o mesmo já se encontra adequado para aquela disciplina em possíveis demandas futuras, salvo se houver quaisquer alterações no conteúdo

programático. Além disso, a mudança nas disciplinas que mais geraram solicitações de serviços de acessibilidade no período indica uma possível variação nas necessidades dos alunos ao longo do tempo, como o cumprimento do semestre seguinte. Assim, constatou-se que, em 2022, a disciplina Teorias e Sistemas Psicológicos I foi a que mais requisitou ao LAC, com 10 pedidos, o que pode sugerir um foco particular nessa área do currículo ou desafios específicos enfrentados pelos alunos matriculados no curso de Psicologia. Por outro lado, em 2023, detectou-se que a disciplina mais solicitada foi Psicologia do Desenvolvimento II, também do curso de Psicologia, com quatro solicitações. Essas variações destacam a importância de uma abordagem flexível e adaptativa no fornecimento de serviços de acessibilidade, garantindo que as necessidades dos alunos sejam atendidas de forma eficaz e sensível, independentemente das disciplinas em que estejam matriculados. A única disciplina que teve solicitação em ambos os anos foi a de LIBRAS.

Tabela 3 – Mapeamento dos serviços mais utilizados

Categoria de mapeamento dos serviços mais utilizados	2022	%	2023	%
Adaptação de Material Pedagógico e/ou de Avaliação ³	52	91%	50	94%
Ledor	3	5%	2	4%
Transcritor	2	4%	1	2%
Total	57	100%	53	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

De acordo com a Tabela 3, observa-se uma alta demanda pelo serviço de Adaptação de Material Pedagógico e/ou de Avaliação, representado 91% e 94%, respectivamente das solicitações. Isto reflete a necessidade constante de garantir a acessibilidade e equidade no ambiente acadêmico para estudantes com deficiência na UFAL. A adaptação desses materiais é crucial para proporcionar igualdade de oportunidades de aprendizagem, permitindo que os alunos com diferentes necessidades possam acessar e compreender o conteúdo de forma eficaz. Vale informar que “O serviço de adaptação de materiais pedagógicos deve ser solicitado com no mínimo 15 dias de antecedência, visto que o prazo para a entrega varia de acordo com a especificidade de cada material” (SIBI, 2024). Além disso, o fato de este serviço

³ Caracteriza-se pela modificação do material didático para que o aluno com deficiência tenha garantido o acesso aos materiais de referência utilizados nas aulas.

ser o mais solicitado sugere uma demanda contínua e crescente por suporte nessa área específica, destacando a importância contínua do LAC da UFAL em atender às necessidades dos seus usuários e promover uma experiência acadêmica inclusiva e equitativa.

Constatou-se que os meses com maior número de solicitações refletem padrões sazonais de demanda. Há índices elevados para os meses de agosto e setembro em 2022, o que representa o início do semestre letivo 2022.1. No ano de 2023 destacam-se março e julho, os dados apresentados para esses períodos coincidem com o meio do semestre 2022.2 e início do semestre 2023.1, desta forma, indicam uma necessidade concentrada de suporte e adaptação durante esses períodos críticos do calendário acadêmico.

6 CONCLUSÃO

O estudo sobre o uso do LAC da UFAL destacou a importância da inclusão de PCDs no ambiente universitário. A criação e a manutenção de um laboratório de acessibilidade, portanto, não apenas atendem às exigências legais, mas também representam um passo significativo na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao proporcionar os recursos e suportes necessários para PCDs, a UFAL não apenas facilita a permanência desses estudantes na instituição, mas também promove a diversidade e a inclusão, valores fundamentais para o desenvolvimento social e acadêmico.

O LAC da UFAL é fundamental para atender às pessoas com deficiência, proporcionando os recursos necessários para que possam ter uma experiência acadêmica equitativa. A adaptação de materiais pedagógicos e de avaliação, a leitura e transcrição de textos, e outros serviços oferecidos pelo LAC são essenciais para garantir que todos os alunos tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem. A presença do LAC reflete o compromisso da UFAL com a inclusão, a acessibilidade e a socialização, assegurando que as necessidades específicas das PCDs sejam atendidas de forma eficaz e sensível. Sendo assim, o estudo do uso dos serviços do LAC/UFAL nos anos de 2022 e 2023 proporcionou uma visão abrangente sobre as demandas e o perfil dos usuários desses serviços. E sabemos que a responsabilidade e o comprometimento da UFAL com os estudantes permanecem ativos.

Assim, a UFAL continuará a promover um ambiente educacional inclusivo e equitativo, reforçando seu compromisso com todos os membros da comunidade acadêmica, por meio de ações e políticas a serem desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652009000300013. Acesso em: 1 maio 2024.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 61-78, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/2970>. Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 nov. 2011a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018. Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 out. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9522.htm. Acesso em: 4 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 1 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 4 abr. 2024.

FARIA, Keyla Rosa de; GOMES, Suely Henrique de Aquino; SANTOS, Andréa Pereira dos (orgs.). **Bibliotecas inclusivas: informação para todas e todos**. Goiânia: Cegraf UFG, 2023.

FERRÉS, Sofia Pérez. Acessibilidade Física. In: PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. Cap. 4.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Incluir: apresentação**. [S.l.: s.n.], 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SILVA, Arlete Ferreira da; SPUDEIT, Daniela. **Bibliotecas Inclusivas: o que posso fazer para a inclusão de pessoas com deficiência visual?** São Paulo: ABECIN, 2020.

SILVA, Michele Maria; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; SILVA, Glênio Oliveira. A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 91-109, 2021.

SISTEMA DE BIBLIOTECAS UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Laboratório de Acessibilidade (LAC/UFAL)**. [Maceió: SIBI, 2024?]. Disponível em: https://sibi.ufal.br/portal/?page_id=3181. Acesso em: 17 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Conselho Superior Universitário. **Resolução Nº 09/2022-CONSUNI/UFAL**. Institui o Laboratório de Acessibilidade da UFAL. Maceió: Conselho Superior Universitário, 2022. Disponível em: <https://ufal.br/resolucoes/2022/rco-n-09-de-08-03-2022.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Perfil socioeconômico e cultural dos(as) estudantes da UFAL**: coleção Ufal e políticas públicas de gestão da educação superior. Maceió: EDUFAL, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Pró-Reitoria Estudantil. **Instrução Normativa nº 05/2018/PROEST**. Dispõe sobre Núcleo de Acessibilidade (NAC), da Pró-Reitoria Estudantil (PROEST) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Maceió: Pró-Reitoria Estudantil, 2018. Disponível em: <https://ufal.br/estudante/assistencia-estudantil/publicacoes/instrucoes-normativas/acessibilidade>. Acesso em: 06 abr. 2024.